

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.359 - PR (2015/0311685-9)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : TEREZA NUEVO  
ADVOGADA : THAIS TAKAHASHI E OUTRO(S) - PR034202  
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

*PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO URBANO. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO NÃO PREENCHIDOS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por TEREZA NUEVO com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão do Tribunal Regional Federal da 4a. Região, assim ementado:

*PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 557, §1º, DO CPC. PENSÃO POR MORTE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA. COMPROVAÇÃO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PELOS DEPENDENTES. POSSIBILIDADE.*

*I - Tendo em vista que entre a data de recolhimento de sua última contribuição previdenciária (abril de 2002) e a data do óbito (26.04.2011), transcorreram mais de 36 meses, de modo a suplantarem o período de "graça" previsto no art. 15 e incisos, da Lei 8.213/91, poder-se-ia cogitar na perda da qualidade de segurado do de cujus, a inviabilizar a concessão da pensão por morte.*

*II - O compulsar dos autos revela que o falecido era titular de uma borracharia, prestando serviços no período imediatamente anterior ao óbito, conforme se verifica das notas fiscais emitidas em seu nome, referentes aos anos de 2003, 2004, 2005, 2010 e 2011, bem como de pagamento de ISS concernentes aos anos de 2006 e 2007.*

*III - As testemunhas ouvidas em Juízo foram unânimes em afirmar que o de cujus possuía uma borracharia, tendo executado serviço até data próxima do evento morte.*

*IV - Os elementos probatórios constantes dos autos firmam convicção no sentido de que o falecido exerceu atividade remunerada até a data de seu óbito.*

*V - O falecido possuía inscrição formalizada perante a autarquia previdenciária, conforme se infere do extrato do CNN, e dada a comprovação do exercício de atividade remunerada, conforme mencionado anteriormente, é razoável afirmar que a qualidade de segurado restaria configurada desde que fosse saldado o débito resultante da incidência das contribuições previdenciárias concernentes ao período laborado.*

*VI - Remanescendo a questão do débito em nome do de cujus, e considerando a impossibilidade de prolação de decisão judicial condicional, torna-se incabível a concessão do benefício de pensão por morte na seara judicial, competindo à sua dependente, ora autora, regularizar a aludida situação na esfera administrativa.*

*VII - Agravo do réu desprovido (art. 557, §1º, do CPC).*

2. Em seu Apelo Especial, a recorrente pugna pelo reconhecimento do exercício da atividade urbana de Caixa para o empregador Florindo Picoloto & Cia Ltda., no período de 10.1979 a 12.1987, argumentando que a CTPS da autora é prova suficiente da alegada atividade, ainda mais quando corroborada pelos testemunhos colhidos.

3. É o relatório.

4. Nos termos do art. 55, § 3º. da Lei 8.213/1991, para comprovação do tempo de serviço de atividade urbana, faz-se necessária a apresentação de início razoável de prova material, corroborado por depoimentos testemunhais.

5. No entanto, a Corte de origem, soberana na análise do conjunto probatório, asseverou que as provas carreadas aos autos não são suficientes para comprovar o tempo de serviço alegado pelo Segurado, confirmando a sentença de improcedência, aos seguintes fundamentos:

*Possui averbados 103 meses de contribuição (Evento 24, 'Out2', fl. 43 de 48) e busca, neste processo, o reconhecimento do período entre 1979 a 1987 onde afirma ter trabalhado sem que houvesse registro em carteira.*

*É de ser mantida a sentença de improcedência.*

*Como acima referido, a lei veda a prova exclusivamente testemunhal*

*para fins de reconhecimento de tempo de serviço.*

*Alega a requerente que o registro em carteira de 10/11/1976 até 31/10/1978, período trabalhado para Florindo Picoloto e Cia. Ltda., serve como início de prova material do período posterior, para o mesmo empregador, de aproximadamente nove anos.*

*O argumento é frágil e, mesmo na hipótese de seu acolhimento, teria de ser respaldado por robusta prova testemunhal, uníssona e precisa, do trabalho alegado, o que não ocorre nos presentes autos.*

*Darci Ruiz Sanches (Evento 92), a primeira de duas testemunhas, declarou haver trabalhado no estabelecimento até 1978, quando mudou de emprego. Este período é anterior ao período que se busca reconhecer (1979/1987). Deste segundo período, o testemunho tem por base as ocasiões em que lá fazia compras, em função da proximidade de sua residência.*

*Maria Adelaide Landgraf Amaral afirma haver trabalhado no supermercado de 1978 até 1986, portanto até um ano antes do termo final do período controverso.*

*As testemunhas declararam possuir registro em carteira de todo o interregno em que lá trabalharam, que havia, inclusive, um escritório de contabilidade que organizava as questões trabalhistas, com recibos relativos aos salários. Maria Adelaide refere, também, que na época em que saiu eles 'pagaram tudo certinho', tudo a indiciar o tratamento adequado conferido pelo empregador a seus funcionários.*

*De fato, com uma equipe pequena, de quatro ou cinco funcionários, conforme foi relatado, surpreende que apenas um membro do grupo houvesse trabalhado totalmente na informalidade durante nove anos. E não é aceitável o raciocínio ventilado nos depoimentos segundo o qual os registros em carteira, das testemunhas, apenas aconteceram porque eram menores de idade na época: quando do primeiro vínculo com o supermercado - registrado em sua CTPS, a parte autora contava com 28 anos.*

*Em conclusão, a prova produzida no processo não é suficiente à comprovação do período alegado.*

6. Dessa forma, não estando a justificação judicial acompanhada de um conjunto fático-probatório, não pode ser reconhecida como início de prova material do exercício da atividade laborativa. A propósito, os seguintes julgados:

**PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUTENTICIDADE DE CTPS CONTESTADA. INFORMAÇÕES**

*CONTRADITÓRIAS EM RELAÇÃO AO VÍNCULO LABORAL. TEMPO DE SERVIÇO NÃO COMPROVADO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL COMO INÍCIO DE PROVA MATERIAL, QUANDO NÃO FUNDADA EM OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. AGRAVO REGIMENTAL DO SEGURADO DESPROVIDO.*

1. Nos termos do art. 55, § 3o. da Lei 8.213/91, para comprovação do tempo de serviço de atividade urbana, faz-se necessária a apresentação de início razoável de prova material, corroborado por depoimentos testemunhais.

2. A Corte de origem, soberana na análise do acervo probatório, confirmando a sentença, consignou que o autor se limitou a trazer cópia da CTPS, de autenticidade duvidosa, não elidida pela recusa na apresentação da original. Esclarecendo, ainda, que o levantamento do CNIS revela que o início das atividades da empresa datam em setembro de 1973, enquanto o Segurado afirma vínculo anterior a esta data.

3. Ademais, é firme a orientação desta Corte de que não estando a justificação judicial acompanhada de um conjunto fático-probatório, não pode ser reconhecida como início de prova material do exercício da atividade laborativa. Precedentes: AgRg no AREsp. 28.132/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 3.2.2015; AgRg no AREsp. 565.575/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13.10.2014; AgRg no REsp. 903.016/AM, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 4.10.2010.

4. Agravo Regimental do Segurado a que se nega provimento, com ressalva do ponto de vista do Relator (AgRg no AREsp. 169.756/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 3.2.2017)

2 2 2

*PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO TRABALHISTA. INEXISTÊNCIA DE PROVA DOCUMENTAL E PROVA TESTEMUNHAL INCONCLUSIVA. APRECIÇÃO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.*

1. A jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que a sentença homologatória de acordo trabalhista é admitida como início de prova material para fins previdenciários, contanto que fiquem evidenciados nos autos elementos que permitam determinar o período laboral e a função exercida pelo trabalhador.

2. Incabível a apreciação de elementos de prova ante o óbice do verbete 7/STJ.

3. *Agravo Regimental improvido* (AgRg no AREsp. 28.132/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 3.2.2015).

2 2 2

*PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE QUALIDADE DE SEGURADO DO DE CUJUS. PROVA MATERIAL. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. UTILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.*

1. *A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a sentença trabalhista homologatória de acordo só pode ser considerada como início de prova material se fundada em elementos que demonstrem o labor exercido na função e os períodos alegados pelo trabalhador, sendo, dessa forma, apta a comprovar o tempo de serviço enunciado no art. 55, § 3o., da Lei 8.213/91.*

2. *Contudo, segundo consta no acórdão recorrido, não houve instrução probatória, nem exame de mérito da demanda trabalhista que demonstre o efetivo exercício da atividade laboral.*

3. *O Tribunal a quo decidiu de acordo com jurisprudência desta Corte, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ.*

4. *Agravo regimental improvido* (AgRg no AREsp. 565.575/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13.10.2014).

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do Particular.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR